

Um Estudo Sobre o Debate da Derivação

Hugo R. Tavares

Resumo

Este trabalho busca apresentar uma diferente perspectiva de entendimento do Estado capitalista que se dá dentro do marxismo: o debate da derivação. Será apresentado a importância do método de Marx e a forma de como este método é aplicado por diferentes pensadores que compõem este debate para desenvolver uma proposta de dinâmica de funcionamento do Estado capitalista, realizando assim, uma revisão bibliográfica das teorias.

Introdução

Nas mais diversas teorias presentes nas ciências econômicas, o Estado tem sido, constantemente, tratado de forma secundária em relação ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Para além disto, dado este modo de produção, muitas teorias se limitam a entender o Estado desde um fenômeno dado (como um *deus ex-machina*), que apenas interfere na dinâmica do mercado como um agente externo, alheio à dinâmica social até um simples instrumento que se concentra nas mãos das classes dominantes para que seja possível garantir seus interesses.

Em ambos estes casos, não há qualquer teorização que explique de forma satisfatória a essência deste fenômeno, suas leis de funcionamento e sua relação com a dinâmica social e econômica do modo de produção capitalista. A ausência de uma teorização sobre o Estado e sua relação com os demais fenômenos sociais acaba por comprometer as análises feitas pelas ciências humanas em suas mais variadas vertentes, uma vez que se percebe uma relevância considerável deste na dinâmica social.

O que tem-se notado ao analisar o processo histórico, dentro da dinâmica capitalista, é que este Estado não é um *deus ex-machina*. Ele está diretamente ligado de uma forma orgânica ao modo de produção capitalista. É facilmente perceptível que existe uma conexão entre o Estado capitalista e o próprio capitalismo, mesmo que, em um primeiro momento, não se saiba

exatamente qual é e nem como se dá esta relação. Desta forma, nota-se a necessidade de compreender melhor a dinâmica deste Estado dentro da sociedade capitalista.

O foco principal que será dado neste trabalho consiste na revisão bibliográfica das ideias que compõem o debate da derivação. Através desta revisão, uma análise sobre o processo de dedução lógico do Estado capitalista a partir da categoria capital poderá ser realizado com maior qualidade. Serão estudadas as teorias dos autores de maior destaque dentro desta nova perspectiva, entre elas, as ideias de Elmar Altvater, Joachim Hirsch e Pierre Salama.

Após esta revisão bibliográfica dos seus principais trabalhos em relação ao tema, buscaremos assim possuir um ferramental mais abrangente de interpretação não só do Estado capitalista contemporâneo, mas também da sociedade capitalista em sua totalidade.

Não podemos de maneira alguma desconsiderar a relevância metodológica dada pelos autores derivacionistas ao estudo do Estado. Realizar a dedução lógica, ou a derivação do Estado a partir da categoria capital exige retomar os esforços de Marx ao deduzir o capital da categoria dinheiro, dinheiro do valor, etc. Portanto, a complexidade filosófica presente nestes trabalhos é de um nível considerável. Buscaremos então, também, entender um pouco melhor como estes autores reconstróem esta digressão metodológica de caráter dialético.

Entender o método utilizado é chave para que se entenda a construção teórica realizada uma vez que teremos o Estado como a continuação, a complexificação das relações sociais capitalistas a partir das inúmeras determinações sociais presentes. Sem a aplicação metodológica coerente nestes trabalhos, teremos teorias que irão apresentar o Estado capitalista como uma dedução do capital realizado de forma equivocada. É, portanto, de fundamental importância que haja este rigor teórico.

Segundo Salama (1983, p. 9),

o estudo do Estado implica a necessidade de uma digressão metodológica. Sem tal digressão, o pensamento se modificará ao sabor das aparências do Estado, de suas características efêmeras, desorientado por infinita complexidade do objeto a ser analisado e pela necessidade de recorrer a uma pluridimensionalidade difícil de dominar. [...] Assim, ela [a categoria Estado] será deduzida da categoria “capital” [...].

No mais, nos cabe aqui entender como que se dá o processo de dedução lógica nestes trabalhos. Em que consiste a derivação; como ela é feita; quais as consequências disto; como isto nos

proporciona uma visão alternativa do Estado capitalista, diferente das demais teorias. Estes são alguns dos pontos que esta revisão bibliográfica dos trabalhos deverá nos responder.

Por não ser uma teoria fechada, propriamente dita, e estando assim muito mais perto de um debate com perspectivas e análises bastante parecidas, também não podemos desconsiderar a existência das semelhanças e divergências presentes entre os autores derivacionistas a serem analisados. Esta identificação deve ser feita a fim de realizar, de fato, um debate entre as teorias apresentadas.

A Necessidade da Dedução Metodológica do Estado

A partir dos anos 70, com o debate derivacionista¹ que tem início na Alemanha, começamos a notar alguns esforços que buscaram entender o Estado capitalista através de uma perspectiva diferente das que se tinham dentre as correntes teóricas. Um primeiro rompimento desta nova forma de se entender o Estado, que irá se diferenciar das demais, consiste na grande preocupação à aplicação de um método científico-filosófico ao seu objeto com base nas categorias desenvolvidas por Marx em seus estudos sobre o capital. Seus teóricos então nos proporcionam assim um meio alternativo de se entender a natureza deste Estado capitalista e suas manifestações. Propõe que o Estado seja entendido como uma derivação lógica da categoria capital. Ou seja, que seja entendido como um fenômeno constituinte das relações sociais capitalistas dentro da sociedade concreta.

Se considerarmos que a sociedade concreta é constituída por inúmeras determinações sociais que atuam em um processo de constante mutação e inter-relação como causa e consequência da dinâmica de relações sociais, não podemos, de forma alguma, dissociar o Estado desta realidade concreta. Se consideramos também que Marx, n'O Capital se propôs a analisar com maior ênfase o modo de produção da sociedade capitalista, e que isto possui um papel central nesta realidade concreta, é inviável entender o Estado como algo que não sofra influências determinísticas desta dinâmica de reprodução, do modo de produção capitalista. Os caracteres materialista, fetichista e dialético presentes no modo de produção são portanto, características também do Estado capitalista.

¹ Temos aqui, por exemplo, os escritos de Elmar Altvater, Margareth Wirth, Joachim Hirsch que dão início na Alemanha a esta nova perspectiva. Alguns anos depois este debate se alargou à Inglaterra com autores como John Holloway e Sol Picciotto e na França com Pierre Salama. As ideias destes autores serão melhor exploradas nas seções seguintes.

O que cabe então a entendermos, como já tenta fazer as teorias derivacionistas, é como, dentro desta sociedade concreta, do ponto de vista da totalidade, quais são as relações que o capital possui com o Estado; qual a essência deste Estado burguês; como se dá a sua manifestação; qual a relação do Estado com a luta de classes; como que esta abstração real proporciona a manutenção do modo de produção capitalista; quais as limitações da atuação deste Estado capitalista, entre outros pontos.

Para isto, é fundamental termos em mente alguns pontos de reflexão. Primeiramente devemos entender o porquê a ideia da derivação nos proporciona uma perspectiva diferente do Estado das outras teorias; como que este rigor metodológico é fundamental para nos proporcionar esta noção e como que isto promove um rompimento com as demais teorias críticas sobre o Estado. Segundo, é necessário compreender o contexto de surgimento destas novas ideias na segunda metade do século XX; em que consiste a crítica que está sendo feita. Por fim, vamos entender que não existe uma “teoria” da derivação. O que há é um conjunto de autores tentando decifrar o Estado adotando caminhos parecidos para fazê-lo. A isto podemos entender que estamos mais perto de um debate derivacionista do que uma teoria consolidada propriamente dita. Entender o processo de fundamentação teórica de cada um destes autores proporcionará um melhor entendimento em relação ao debate posto.

O Estado capitalista, então, apresenta o estágio mais avançado desta abstração (da própria categoria Estado) por estar inserido no capitalismo. Ou seja, um estágio avançado de relações sociais cria suas condições de manutenção. Por isto tivemos, historicamente, a necessidade de mutações no âmbito político, econômico e social (entre outras) para que se fosse estabelecido uma dinâmica generalizada, atuando na tentativa de garantir a reprodução desta sociedade. De uma forma mais concisa, temos que a dinâmica do Estado é consequência das relações sociais de uma sociedade; portanto, em uma sociedade onde se predominam as relações sociais capitalistas, o Estado irá necessariamente possuir uma natureza capitalista².

O Estado deve ser, portanto, encarado como fruto de inúmeras determinações sociais em determinados tempo e espaço. Consequentemente, seria impossível não compreender o Estado capitalista como resultado direto da dinâmica de reprodução social capitalista. As relações

² Devemos nos atentar aqui ao fato que estamos falando do Estado capitalista a partir de uma perspectiva da totalidade, considerando-o uma abstração real, existente na sociedade. A sua manifestação possuirá características das mais variadas de acordo com a dinâmica existente no meio na qual está inserido. Desenvolvimento das forças produtivas, luta de classes, cultura, etc são alguns pontos que podem nos proporcionar diferentes atuações da forma de manifestação do Estado. Contudo, isto não nega por si só sua natureza, sua essência capitalista, apenas evidencia o caráter de autonomização relativa da manifestação real das abstrações.

sociais capitalistas (que constituem assim o próprio modo de produção de capitalista) funcionam como determinações base para todo o funcionamento e dinâmica social.

Ou seja, uma vez que as relações sociais são fundamentalmente capitalistas, é inviável pensar algum elemento social que não esteja organicamente interligado a este modo de produção. Tendo isto em mente, fica muito claro a ideia de que há a necessidade de que o Estado seja uma derivação lógica da categoria capital.

Isto acontece uma vez que as determinações sociais necessitam criar suas condições de reprodução. O Estado como sendo uma consequência direta das relações sociais, ou seja, esta abstração somente existe dada uma condição humana de sociedade, sua dinâmica de funcionamento está diretamente ligada às próprias relações sociais vigentes.

Como sabemos, estas relações sociais não são dadas. Elas são construídas historicamente em determinado tempo e espaço. Ou seja, são mutáveis. É desta forma que podemos entender a mutação da essência do Estado. Saímos do Estado da Grécia Antiga, passando pelo Estado escravista-romano, Estado feudal até chegarmos ao Estado capitalista. Estas transições do caráter do Estado, como já destacado, não são por acaso. São consequências da mutação das relações sociais. Dado o avançar da complexificação destas relações, a própria sociedade em si se complexifica. Não podemos então entender este Estado capitalista como sendo apenas uma “ferramenta da classe dominante” ou algo do gênero.

Teorias como estas, embora tenham tido muita popularidade no campo marxista como uma crítica ao Estado (e ao modelo capitalista em geral), se apresentam com uma relativa insuficiência de nos explicar o funcionamento do Estado em sua totalidade contemporaneamente. São insuficientes uma vez que não apresentam sistemática e adequadamente o funcionamento interno do Estado, nem sua relação com a dinâmica social, nem sua forma de manifestação, etc.

A proposta derivacionista é relativamente clara. Por trás do debate notamos a tentativa extremamente válida de se entender o Estado como não sendo um elemento neutro ou uma mera ferramenta da classe dominante na realidade concreta. Busca interpretar como o Estado é tanto um determinante como resultado de determinações sociais proporcionando a manutenção da sociedade capitalista do ponto de vista da sua totalidade. Devemos, portanto, não entender o Estado como um *deus ex-machina*, um fenômeno alheio ao processo de reprodução, um mecanismo neutro que simplesmente existe na sociedade. É necessário assim

a compreensão do Estado como tendo uma conexão complexa não apenas com o capital, mas com a dinâmica de relações sociais que possuem características capitalistas.

Se voltarmos aos nossos estudos d'O Capital de Marx, percebemos que há ali um processo teórico de análise até chegarmos à categoria capital. Se fossemos, a grosso modo, propor uma linha de análise veremos que a mercadoria é a chave para entender o valor; o valor para entender o dinheiro; o dinheiro para entender o capital. Entendemos então que da mesma forma que o dinheiro, por exemplo, existe desde muito tempo, isto definitivamente não significa que o capital exista desde a mesma data. Apenas com os desenvolvimentos das relações sociais onde passamos a ter a compra e venda da mercadoria força-de-trabalho foi-se capaz de que o dinheiro se complexificasse, podendo assim, se tornar em capital quando inserido em uma dinâmica mais abrangente.

Vemos assim que não haveria capital se não houvesse a categoria dinheiro. Contudo, o dinheiro no capitalismo possui características diferenciadas que não possuía antes da categoria capital. Temos assim que embora o dinheiro seja a chave para entender o capital (aquele atua como uma determinação social fundamental para este), o capital também funcionará como determinante recíproco para as características contemporâneas do dinheiro.

Este mesmo princípio de análise, de forma semelhante pode ser estendida ao compararmos a relação entre Estado e capital. Ao tentar entender a realidade concreta, percebemos vários elementos, várias categorias, abstrações e determinações em constante interação. Podemos citar por exemplo a religião, a cultura, os meios de produção, o Estado, entre outros. Estes fenômenos são, como já explicamos causa e consequência para entendermos a dinâmica do seu próximo. Se concordamos com essa premissa, é impossível, pois, entender o Estado sem entender a dinâmica do modo de produção. Se entendermos o capital como todo um complexo de relações sociais, deve-se entender que o Estado origina a partir uma derivação lógica deste capital.

Através deste mecanismo analítico poderemos não só entender como se dá a relação do Estado com o capital, mas também entender porque esta relação aparece como o que não é. As principais teorias que procuram decifrar em que consiste a essência do Estado possuem uma visão relativamente insuficiente para entendermos algumas questões. A ideia de que o Estado é um instrumento da classe dominante entende que este seria apenas uma ferramenta do capital com o intuito de solucionar as contradições internas do mesmo e conter o processo da luta de

classes. Não podemos certamente deixar de lado as conclusões obtidas por esta linha de pensamento, contudo, não podemos nos restringir a isto.

Vemos que o Estado³ atua de fato na tentativa de solucionar algumas contradições do capital, que atua em maior ou menor grau (dado o desenvolvimento das forças produtivas) na contenção da luta de classes e que possui com determinada frequência um sincronia com os interesses capitalistas.

Há, por exemplo, sem dúvidas, uma relação presente entre o Estado e a luta de classes. Mas não podemos deduzir que o Estado surge como consequência da necessidade da classe dominante na sociedade capitalista em conter as demais classes. Se voltarmos nas determinações sociais, podemos entender a luta de classes como uma consequência da dinâmica de compra e venda da força-de-trabalho assim como da existência de propriedade privada dos meios de produção. A luta de classes é, então, um fenômeno que surge como consequência direta da dinâmica de produção capitalista, algo presente na realidade concreta do capitalismo. Se entendermos que a essência do Estado capitalista deriva das relações sociais capitalista, entendemos que é inevitável que haja de fato uma relação entre este Estado e a luta de classes, afinal ambos compõe a mesma realidade e, portanto, possuem uma interação. Contudo, isto não é suficiente para deduzir que o papel do Estado se restrinja a esta dinâmica. Esta relação é fruto da dedução⁴ do Estado do capital.

Entender o Estado, por exemplo, como mera ferramenta ou instrumento da classe dominante nos dá a entender duas coisas. Primeiro nos faz entender de que o modo de produção de uma sociedade é necessariamente o centro dinâmico desta mesma sociedade e que todos os demais fenômenos sociais são apenas ferramentas atuantes em prol de uma ideologia capitalista consolidada; e isto pode se mostrar relativamente problemático uma vez que não leva em conta o processo de autonomização relativa das categorias, inclusive dentro do próprio modo de produção, desconsiderando assim o caráter dialético presente. Segundo que esta ideia nos dá a entender que a simples alteração da uma classe dominante e a tomada do poder político sejam suficientes para romper com o modo de produção. Ignora o fato de que a manifestação, a expressão concreta do Estado enquanto abstração embora possa não parecer vinculada ao interesse de um capitalista específico ou de um setor capitalista por inteiro, não deixa de ser

³ Vale destacar que no debate da derivação o que temos é um Estado capitalista que se manifesta na forma de regimes políticos (SALAMA, 1983). Ou seja, o que vemos na aparência da realidade atuando nada mais é que a expressão deste Estado cuja essência é capitalista (notamos aqui também o caráter dialético presente na análise).

⁴ A forma como se dá esta dedução e suas consequências será explorada de forma mais criteriosa nas próximas seções deste trabalho.

resultado de uma dinâmica capitalista e, portanto, estará em maior ou menor grau vinculada a ela.

As ideias apresentadas pelo debate da derivação acabam nos apontando a um outro caminho. Entende a necessidade de um estudo metodológico em relação ao Estado a fim de compreender sua essência. Ao se fazer isto, chega-se a conclusões relativamente inovadoras capazes de nos proporcionar uma maneira alternativa de se entender a dinâmica do capital e o Estado capitalista. A forma de entendimento do Estado passa a ser então algo mais complexo do que imaginado pelas demais teorias tanto de caráter conservador quanto crítico. As teorizações que são feitas em relação à temática nos proporcionam um ferramental de extrema importância para que se entenda a dinâmica capitalista.

Algumas visões do Estado e o Debate da Derivação

O debate da derivação surge inicialmente como uma crítica às demais teorias já existentes sobre o Estado capitalista da segunda metade de século XX como uma visão alternativa de interpretar este fenômeno do capital. Acreditava-se que, nos anos 70, com a grande difusão do Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos e com a popularização dos regimes militaristas autoritários nos países subdesenvolvidos, principalmente na América Latina, as teorias críticas ainda não davam conta de explicar estes acontecimentos em sua totalidade enquanto movimento global do capital.

Nas contribuições de Gold, Lo e Wright (1982), notamos os esforços de se apresentar três correntes de teorias críticas em relação ao Estado que estiveram bastante presente entre os pensadores durante o século XX. Seriam elas as teorias instrumentalista, estruturalista e hegeliano-marxista do Estado. Para os autores, “escasos estudios marxistas del Estado pueden considerarse ejemplos puros de una perspectiva o instrumentalista o estructuralista o hegeliano-marxista” (p. 24). Notamos então uma espécie de dominância do pensamento dentro do marxismo quando estamos tratando de análises sobre o Estado capitalista. O debate da derivação é exatamente uma tentativa de ruptura destas teorias.

Antes de entrarmos diretamente no debate em questão, alguns pontos básicos precisam ser esclarecidos. Entender a derivação como crítica às demais teorias necessita antes entender as

próprias teorias postas. Mais uma vez recorremos a Gold, Lo e Wright (1982) quando dizem que

Lo que queremos indicar, entonces, por una “teoría instrumentalista” del Estado es una teoría en la que se analizan de modo sistemático los vínculos entre la clase dominante y el Estado, mientras que el contexto estructural dentro del cual se dan esos vínculos permanece desorganizado teóricamente em grado considerable. Una “teoría estructuralista”, de manera complementaria, establece sistemáticamente la forma en que la política del Estado está determinada por las contradicciones y limitaciones del sistema capitalista, em tanto que el manejo instrumental resulta una consideración secundaria. Finalmente, una “teoría hegeliano-marxista” pone énfasis em la conciencia y la ideología, mientras que relega a um segundo plano el vínculo com la acumulación y el manejo instrumental. (p. 25)

Temos que os exemplos citados por Gold, Lo e Wright constituem a continuação das ideias de Engels em relação aos seus estudos sobre o Estado. Entre os autores que se destacaram trabalhando este tema, temos Ralph Miliband, Nicos Poulantzas, Antonio Gramsci, entre outros. Apesar de relativamente divergentes, todos os três autores possuem algo em comum quando analisamos suas teorias: todas analisam o Estado a partir de uma perspectiva estritamente política. Ou seja, a relação do Estado com o capital não é tratada de uma forma direta, como se a relação entre estas categorias não fosse algo orgânico.

Resumidamente, Miliband trata o Estado⁵ capitalista enquanto uma ferramenta da classe dominante em relação às demais, funcionando assim como um instrumento de dominação. Para o autor, em uma sociedade capitalista, há certamente uma divisão entre classes sociais. Entre elas, notamos a existência da própria classe capitalista ou burguesa. Esta, possuidora dos meios de produção, instalada no sistema enquanto classe social dominante utilizaria o Estado como um ferramental ou instrumento para promover a sua própria dominação social.

Ou seja, notando que a existência de classes é um fenômeno real e, consequentemente, também é a luta de classes no sistema capitalista, o Estado é um instrumental desta classe dominante de conter as classes subalternas, garantindo assim a estabilidade do capital.

⁵ Nem Miliband e nem os demais autores que dão continuidade às ideias de Engels em relação ao Estado fazem uma diferenciação entre o Estado capitalista enquanto uma abstração e a sua manifestação concreta.

Notamos então que em sua teoria há uma concepção muito bem fundamentada no que diz respeito à construção histórica da luta de classes e, portanto, este modelo se dá como base fundamental para a análise da essência do Estado capitalista na sociedade.

Las investigaciones que se asocian con esta perspectiva se han centrado esencialmente en el estudio de la naturaleza de la clase que gobierna, los mecanismos que ligán esta clase al Estado y las relaciones concretas entre las políticas estatales y los intereses de clase. El método consiste en realizar detallados estudios de la sociología de la clase capitalista, en primera instancia simplemente para demostrar que existe; estudios de los lazos directos personales entre esta clase y el aparato del Estado y los que dan entre la clase capitalista y las instituciones intermediarias (tales como partidos políticos, institutos de investigación y universidades); ejemplos específicos de cómo se configura la política gubernamental y reinterpretaciones de episodios tomados de los anales de la historia. (GOLD; LO; WRIGHT; 1982; p. 26-27)

Desta forma, entendemos que a perspectiva de Miliband é, embora muito bem fundamentada, ela é fundamentada histórica e politicamente. Não possuindo assim critérios de análises filosóficas, econômicas e sociais, etc. Utiliza como premissa básica a existência de uma sociedade cujo pilar é a divisão de classes. Deixando assim, de lado, o papel que o próprio modo de produção capitalista possui na sociedade. Pautam-se puramente na divisão social entre detentores dos modos de produção e vendedores da mercadoria força-de-trabalho não considerando explicitamente os demais componentes do próprio modo de produção como também da sociedade capitalista em sua totalidade.

Os trabalhos de Nicos Poulantzas confrontam diretamente esta ideia de que o Estado funciona como um instrumento da classe dominante. Poulantzas acredita que o Estado, e conseqüentemente o aparato estatal, surgem a partir de uma questão estrutural. Ou seja, o Estado capitalista se apresenta como o reflexo da estrutura de classes presente em determinada sociedade. Seu papel consiste, portanto em trabalhar na contenção direta contradições do capital existentes.

Por fim, temos as ideias apresentadas por autores como Antonio Gramsci. Aqui o papel da consciência de classes é fundamental. De forma relativamente parecida com as ideias expostas por Miliband, estas veem o Estado como uma instituição que irá legitimar a dominação de classes através do poder ideológico promovendo constantemente a alienação da população, em específico, da classe trabalhadora.

Esta visão do Estado entende que a manifestação do Estado capitalista, através de suas diversas instituições busca, através da capacidade ideológica, promover a alienação da sociedade em relação ao sistema capitalista para que assim o processo de dominação seja contínuo. Embora coerente, se apresenta bastante limitada pelo seu nível de abstração. A distância neste caso entre teoria e realidade se dá em uma escala muito elevada dificultando assim sua aplicação.

Estas teorias, como destacado anteriormente, possuem uma limitação bastante séria em suas análises. São visões fundamentalmente políticas. A sua relação com o capital não é apresentado de forma orgânica. De forma bastante similar de como fez Engels, estes autores atuam em entender o Estado embasando-se na luta de classes, diferenciando entre si minimamente no que diz respeito à relação entre este Estado e a luta de classes; mas sempre mantendo como base este princípio.

O debate da derivação virá à tona nos anos 1970 com o intuito de nos proporcionar uma nova perspectiva teórica a respeito do entendimento do Estado. “Mucho de los recientes desarrollos en la teoría marxista del Estado capitalista se pueden interpretar como intentos de restituir la dialéctica a los análisis del Estado, mediante la aplicación de la metodología que el propio Marx empleó con tanto éxito (GOLD; LO; WRIGHT; 1977, p. 52)”. A retomada do método dialético de Marx e sua aplicação ao estudo do Estado capitalista irá compor esta nova perspectiva. Buscaremos entender aqui agora como que alguns autores fundamentais que contribuíram ao debate derivacionista entendem a sociedade capitalista e como que eles aplicam o método ao Estado para propor uma teoria de dedução lógica do Estado a partir da categoria capital desenvolvida por Marx. Entre os autores a serem apresentados, temos Elmar Altvater, Joachim Hirsch e Pierre Salama.

Elmar Altvater começa seu artigo, Notas sobre alguns problemas do intervencionismo do Estado (1982), com o intuito de entender melhor a atuação do Estado e sua intervenção na economia. De início ele já nos expõem a problemática posta que proporciona o surgimento do Estado através de uma análise de caráter dialético do capital. O primeiro conflito posto pelo autor consiste na divisão entre o que ele chama de “múltiplas unidades de capital” e “capital em geral”.

O chamado “capital em geral” se apresenta como um somatório total de todas as “múltiplas (ou diversas) unidades de capital”. Ou seja, é o capital social total, “es la organización unificada en el sentido de conformar la existencia real y general de las distintas unidades de capital [...]”

(ALTVATER; 1982; p. 90)”. Este capital em geral, ou social total se assemelha àquele descrito por Marx enquanto movimento global, cujas leis se propôs descrever.

Por outro lado, as “múltiplas unidades de capital” são unidades aleatórias e subjetivas dentro do sistema, inconscientes da lei geral de movimento do capital. As unidades de capital não estariam sujeitas às leis gerais (ou tendências) do modo de produção capitalista diretamente, contudo, funcionam como o fundamento destas. A constante inter-relação de todas as múltiplas unidades no sistema capitalista que irá nos proporcionar as leis gerais.

Como já é sabido, o capital é uma unidade dialética e portanto possui contradições internas. Quando analisamos o capital em seu nível geral, como nos propõe Altvater, não podemos deixar de notar as contradições. Contudo, se nos contermos a analisar uma única unidade de capital, estas contradições se mostram mais difíceis de serem notadas, podendo dar inclusive a falsa impressão de que não existem⁶. As múltiplas unidades de capital, atuando pautadas na dinâmica capitalista de produção fomentam, inconscientemente, a agravação das contradições do capital.

Em sua constante tentativa de aumentar suas taxas de lucro, as múltiplas unidades quando acabam promovendo uma diminuição desta taxa de lucro do ponto de vista da totalidade. Portanto, existe aqui um caráter dialético no capital quando o analisamos do ponto de vista de sua totalidade em comparação com seu nível específico e individual. Notamos então que

[...] el capital no puede generar exclusivamente através de las acciones de las múltiples unidades que lo integran, la naturaleza social necesaria para su existencia. Se requiere entonces de una institución especial que no esté sujeta a las limitaciones del propio capital, una institución que es especial em el sentido de estar “junto a la sociedade burguesa y al margen de ella”, una institución que al mismo tempo suple dentro de la indisputada armazón del capital las necesidades inmanentes que el capital ignora. Como resultado de esto, la sociedad burguesa desarrolla, em el Estado, uma forma específica que expresa los intereses generales del capital. El Estado no puede ser concebido, entonces, ni como um mero instrumento político ni como una institución establecida por el capital, sino más bien como una forma especial de cumplimiento de la existencia social del capital al lado y conjuntamente con la competencia, como un momento esencial em el proceso de reproducción social del capital. [...] Por lo tanto, en este sentido, el Estado nunca es um capitalista real, material y total, sino

⁶ Podemos entender aqui que o “capital em geral” seria o capital do ponto de vista da sua totalidade enquanto as “múltiplas unidades de capital” se encontram limitada ao nível da aparência, mas nem por isso deixando de ser fundamental para a análise.

que más bien implica siempre um capitalista total, idealizado o fictício.
(ALTVATER; 1982; p. 91-92)

O capital (enquanto dinâmica social), portanto, com o intuito de solucionar suas contradições internas, exige a necessidade de um Estado capitalista. Este Estado funcionaria como um fenômeno capitalista, relativamente autonomizado atuando contra as contradições do capital. Funcionaria como uma espécie de “capitalista coletivo em ideia”. Não é uma unidade de capital, e nem o capital em geral. Contudo, atua como sendo os dois. É unidade porque sua forma de expressão atua diretamente na economia. É geral porque atua em conter as contradições do ponto de vista da totalidade. Por isto é uma espécie de capitalista em ideia. Atua como uma unidade de capital autoconsciente das contradições, sanando-as constantemente, criando as condições necessárias de reprodução do capital enquanto as demais unidades de capital problematizam sua própria reprodução.

De forma bastante similar à de Altvater, Joachim Hirsch faz também utiliza a divisão entre capital em geral e múltiplas unidades do mesmo. A análise de Hirsch consiste na relação entre capitalista e trabalhador, onde há uma relação contraditória. A partir desta relação básica, fundamental no modo de produção capitalista, o autor expande sua análise até chegar no capital em sua totalidade.

Hirsch irá entender o Estado capitalista após entender o funcionamento da lei da tendência decrescente da taxa de lucro. Desde os escritos de Marx, sabemos que o modo de produção capitalista é o seu próprio motor de “destruição”. Ou seja, as próprias condições de reprodução do capital determinam sua barreira. O modo de produção capitalista, dado seu caráter dialético e contraditório, se apresenta como um sistema autodestrutivo. Hirsch se indaga então como é possível que o sistema continue em constante reprodução. “A resposta a esta questão leva-nos primeiro às referências sobre as contra-tendências à tendência à queda na taxa de lucro. Para Hirsch, não é suficiente referir-se às contra-tendências [...] (NAKATANI, 1987, p. 8)”.

Temos então a necessidade do papel do Estado capitalista. A de criar condições de reprodução do sistema uma vez que os capitais individuais não se mostram aptos a fazê-los. Portanto, o Estado atua como uma contra-tendência a lei da tendência decrescente da taxa de lucro, contudo de uma forma diferente. O Estado capitalista se apresenta como fenômeno externo à dinâmica de reprodução do capital (embora esteja organicamente ligado ao capital), garantindo a supressão das contradições do próprio capital. É diferente uma vez que não é gerida pela vontade dos capitais individuais. É uma consequência da dinâmica social capitalista garantindo a sua própria reprodução. “Assim, a evolução da sociedade capitalista e a necessidade do

Estado, não podem ser apreendidas, senão pela análise do desenrolar histórico das leis fundamentais que regem o funcionamento da sociedade capitalista (NAKATANI, 1987, p. 10)”. Para Hirsch, o Estado na sociedade capitalista é, essencialmente, capitalista. Isto acontece pois é o garante da condição de reprodução contínua do próprio sistema.

Por fim temos a dedução feita por Pierre Salama. Este autor nos trás uma teoria mais completa em relação à derivação do Estado que os demais apresentados. Salama nos proporciona alguns novos elementos a serem considerados nesta dedução lógica. Primeiro temos que o autor diferencia (pondo em prática o caráter dialético não do capital, mas do Estado⁷) o Estado, enquanto abstração, e a sua manifestação concreta, o regime político⁸. Segundo, nos é apresentado também a ideia de fetichização (e desfetichização) das relações sociais por parte do Estado.

Em relação ao primeiro ponto, temos que

O regime político é distinto do Estado. Um é a forma de existência do outro. A autonomia relativa do Estado existe em relação a uma classe. Já a autonomia do regime político se define em relação às classes e frações de classe. A relação que liga o Estado ao regime político é complexa. É, ao mesmo tempo, uma separação e uma dependência. Uma separação, na medida em que traduz a constituição de dois conceitos, situados em diferentes níveis de abstração. Uma dependência, porque o regime político é a forma de manifestação do Estado. Trata-se de uma relação análoga à que liga o preço de mercado à magnitude do valor. (SALAMA; MATHIAS, 1983, p. 15)

Ou seja, o Estado capitalista é reflexo das relações sociais capitalistas de produção enquanto o regime político, sua manifestação concreta é o intermediador destas relações sociais (por isto se define em relação às classes e frações das mesmas). Já por outro lado, “se derivar o Estado da categoria ‘capital’ significa que o Estado é concebido como produtor das relações de produção capitalistas e garantia de sua perenidade [...] (SALAMA; MATHIAS, 1983, p. 16).”

Esta distinção feita por Salama entre abstração e forma de manifestação se apresenta como uma forma fundamental de se entender esta relação entre Estado e capital e regime político e luta

⁷ Uma vez que a mercadoria se apresenta como sendo uma unidade dialética, sua complexificação nas categorias dinheiro, capital, e agora Estado, devem obrigatoriamente possuir também este caráter dialético como consequência das suas deduções lógicas da categoria anterior.

⁸ Vale destacar aqui que esta diferenciação feita por Salama é uma consequência do seu objetivo de entender a atuação do Estado nos países subdesenvolvidos (com foco na América Latina) nas décadas de 1970 e 1980 quando se deu um grande movimento autoritário ditatorial rompendo com os regimes democráticos.

de classes. Nos oferece um meio de analisar dialeticamente o funcionamento do Estado (onde este frequentemente aparece como o que não é).

Ou seja, o Estado enquanto sendo essencialmente capitalista, ao se apresentar na forma de regime político é capaz de mascarar sua essência na esfera aparential, sendo capaz assim de promover uma *fetichização* das relações sociais de produção. Isto significa que o Estado consegue garantir a reprodução do sistema capitalista no que diz respeito à compra e venda da mercadoria força-de-trabalho através dos seus aparatos jurídicos. Seus esforços se concentram em propagar a ideia de que a troca entre força-de-trabalho e salário é, de fato, uma troca entre equivalentes, garantindo assim a contínua exploração do trabalho e, conseqüentemente, a apropriação. “A generalização da mercadoria fornece as bases materiais para uma coisificação das relações de produção. O *fetichismo* da mercadoria faz com que o Estado apareça como estando acima das classes sociais. A generalização da mercadoria não pode existir sem que exista – como pré-condição – o desenvolvimento do capital (SALAMA; MATHIAS, 1983, p. 25)”.

A derivação compõe, portanto, uma visão alternativa bastante abrangente sobre o papel do Estado, sua essência e suas determinações. O caráter metodológico aplicado à categoria certamente proporciona uma série de inovações na forma de enxergar esta abstração. Seu estudo consiste em analisar a fundo as teorias dos autores que compõem o debate pra entender mais a fundo o processo de dedução lógico e as relações que este fenômeno possui com o capital na dinâmica de reprodução social.

Considerações a Respeito da Derivação

O propósito do debate da derivação é fundamental quando inserido no entendimento da totalidade de uma sociedade capitalista. O rompimento de uma visão estritamente política e histórica do Estado não nos proporciona elementos para que se entenda a dinâmica do Estado capitalista com o próprio capital. Para isto, a dedução lógica é uma questão essencial.

Através da derivação, podemos entender como o capital e o Estado estão organicamente interligados, sendo ambos determinações sociais da sociedade. Contudo, a ausência de elementos metodológicos aplicados aos estudos sobre o Estado acabam comprometendo assim a análise quando se tenta associar esta categoria à categoria capital.

Como já explicitado anteriormente, a sociedade, fruto de inúmeras determinações sociais em constante inter-relação, apresenta uma constante complexificação da sua dinâmica. Metodologicamente, Marx foi capaz de explicitar a categoria capital a partir do dinheiro, este do valor, etc. A dinâmica social de complexificação das relações sociais capitalistas fazem com que a essência do Estado seja, necessariamente, também de caráter capitalista.

Para que sejamos capazes então de entender a dinâmica do capitalismo, em sua totalidade, o estudo do Estado deve ser realizado com os mesmos critérios utilizados para que se desenvolvesse a categoria “capital”. Por este motivo, o debate derivacionista merece mais atenção por parte daqueles que buscam compreender o desenvolvimento e dinâmica da sociedade capitalista do ponto de vista da sua totalidade.

Referência Bibliográfica

ALTVATER, Elmar. “Notas Sobre Algunos Problemas del Intervencionismo de Estado”. In: SONNTAG, Heinz Rudolf; VALECILLOS, Héctor. **El Estado en el Capitalismo Contemporáneo**. Siglo Veintiuno Editores, 4 ed., 1982.

GOLD, David; LO, Clarence Y.H.; WRIGHT, Erik Olin. “Recientes Desarrollos en la Teoria Marxista del Estado Capitalista”. In: SONNTAG, Heinz Rudolf; VALECILLOS, Héctor. **El Estado en el Capitalismo Contemporáneo**. Siglo Veintiuno Editores, 4 ed., 1982.

HIRSCH, Joachim. “The State Apparatus and Social Reproduction: Elements of a Theory of the Bourgeois State”. In: HOLLOWAY, Jonh; PICCIOTTO, Sol. **State and Capital: A Marxist Debate**. London, Edward Arnold, 1978.

HOLLOWAY, Jonh; PICCIOTTO, Sol. **State and Capital: A Marxist Debate**. London, Edward Arnold, 1978.

NAKATANI, Paulo. **Estado e Acumulação de Capital**. Discussão sobre a teoria da derivação. Porto Alegre: UFRGS, Análise Econômica, no. 8, Ano 5, p.35-64, março 1987.

SALAMA, Pierre. **Estado e Capital**. O Estado capitalista como abstração real. Estudos CEBRAP n° 26. São Paulo, 1980.

SALAMA, Pierre; MATIAS, Gilberto. **O Estado superdesenvolvido**. São Paulo, Brasiliense, 1983.